



Os políticos de Brasília querem ter os mesmos direitos nas mordomias

A briga pelas mordomias

A indecisão das mesas da Câmara e do Senado sobre a extensão aos parlamentares a serem eleitos por Brasília das cotas de serviços referentes à moradia, auxílio-transporte, serviços de telefonia, e passagens aéreas está deixando os partidos do DF perplexos e os candidatos ainda divergem sobre a questão, o que vem provocando uma certa polêmica dentro dos partidos políticos.

Eurides Brito, candidata pelo PFL, é radicalmente contra a extensão dos benefícios aos candidatos eleitos por Brasília. Ela entende que é comum tais benefícios a quem vem de fora, mas que não se justificam para os parlamentares eleitos por Brasília, por já estarem em seu reduto eleitoral.

Com o que concorda Heitor Reis, também candidato e secretário-geral do PFL. Já Carlos Zacarevski, candidato e presidente do PDS, acha que os salários indiretos deveriam ser extintos para todos os parlamentares, mas diz ser injusto discriminá-los, cortando-lhes os benefícios. No que está de acordo Roberto de Las Casas, presidente do PS.

Carlos Megale, da Secretaria Sindical do PT, diz que a direção nacional de seu partido é totalmente contrária aos salários indiretos, mas que o PT-DF ainda não analisou o problema de dar ou não esses salários aos parlamentares locais.

Dentre os candidatos peeme-

debistas, as teses são as mais distintas. Paulo Nardelli, por exemplo, acha que o auxílio-transporte e as cotas telefônicas são desnecessárias aos candidatos eleitos por Brasília. Mas diz que as passagens aéreas têm que ser para todos.

Quanto ao auxílio-moradia, podenra que alguns candidatos pobres necessitariam de usufruí-la e que a questão tem de ser melhor analisada. Já Sigmaringa Seixas, afirma que, com exceção das passagens aéreas, desnecessárias aos candidatos locais, todos os outros benefícios devem ser ou extintos ou um direito de todos.

Já Pompeu de Souza lembra que é preciso respeitar o princípio da isonomia — igualdade de direitos para quem exerce as mesmas funções — e que tais benefícios fazem parte da notoriedade e da importância do cargo.

Carlos Alberto Torres, presidente do PCB, tem uma opinião diferente. Ele acha que, enquanto existam esses salários indiretos, os candidatos com espírito democrático deveriam colocá-los a serviço da causa de seus partidos e das grandes causas sociais do País. Diz que a questão de receber ou não os benefícios deveria ser submetida ao julgamento popular pelos candidatos do DF. Mas frisa que é o PCB é radicalmente contra a existência de salários indiretos e que o salário dos parlamentares deveria ser fixado após exaustiva discussão com a sociedade brasileira. (Bilau Pereira)